

Bases históricas e epistemológicas da Museologia LGBTQIA+

Jean Tiago Baptista¹, Tony Boita², Ana Karina Calmon³

Historical and epistemological bases of LGBTQIA+ Museology

Costuma-se datar o surgimento da Museologia LGBTQIA+ brasileira a partir da criação da Rede LGBTQIA+ de Museologia Social, do decreto de fundação do Museu da Diversidade Sexual de São Paulo e do lançamento do primeiro número da Revista Memória LGBTQIA+, todos eventos ocorridos em 2012.

A primeira vez, de facto, que se encontra a categoria “Museologia LGBTQIA+” é no seminário *Museus, Memória e Museologia LGBTQIA+*, então realizado em 2013 pelo Museu de Favela, no Rio de Janeiro, por meio do projeto *Ser LGBT na Favela*.

Tais marcos demonstram que uma parte da comunidade brasileira se articulava no sentido de promover uma epistemologia própria ao campo a partir de avanços sociais e científicos sobre gênero e sexualidade na segunda década do século XXI. Anunciavam, assim, uma saída museológica do armário, ou melhor, da reserva técnica (Boita, 2017).

Mas vale apontar que sempre se corre riscos quando se procura determinar a origem de algo apenas quando esse passa a ser nomeado, ignorando-se, com isto, as bases do fenômeno, seus antecedentes e inspirações.

É no sentido oposto, portanto, que aqui nos propomos a localizar as bases históricas e epistemológicas que tornaram possível o surgimento da categoria *Museologia LGBTQIA+* no Brasil.

Para remontar a tais bases, este texto se organiza a partir da primeira parte de uma disciplina de graduação chamada *Museologia LGBTQIA+*. Essa já lecionamos em graduações de Museologia em algumas universidades, como na Universidade Federal de Goiás e a Universidade Federal de Sergipe, em minicursos oferecidos em eventos, como no *Seminário Brasileiro de Museologia* (Sebramus), ou em instituições, tal qual no Museu da Diversidade Sexual de São Paulo. Aliás, esta disciplina também poderia se chamar *Museologia LGBTQIA+ não é bagunça*, uma vez que reivindica um conjunto de saberes técnico-científico próprios da epistemologia LGBTQIA+. Nisso se combate duas posições: a primeira, a considerar que a Museologia não

¹ Professor do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Sergipe/UFS e do programa de doutoramento da Universidade Lusófona. ORCID: 0000-0002-6013-4073, jeantb@hotmail.com

² Professor do Departamento de Museologia da Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR,. ORCID: 0000-0003-3780-2157, tonyboita@hotmail.com

³ Professora do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Sergipe/UFS. ORCID:0000-0002-9408-2224, anakrocha@yahoo.com.br.

deveria ser adjetivada, o que concordaremos a partir do dia em que não mais existir LGBTfobia nos museus e no pensamento museológico; a segunda, do tipo *fogo amigo*, a alertar que quando se decide realizar uma pesquisa, exposição ou inclusão da população LGBTQIA+ em museus, é necessário esforço absolutamente fundamentado na produção técnico-científica própria da Museologia LGBTQIA+.

Em outras palavras, não é porque nós somos uma comunidade minoritária e vulnerável que se pode pensar e fazer museus e Museologia sem rigorosa postura científica respeitosa em relação ao lugar de fala que o debate requer.

Nas edições da disciplina e em demais artigos sobre o tema, somos orientados por uma preocupação pedagógica interessada na formação de profissionais de museus capacitados a enfrentar a LGBTfobia estrutural que assola nosso país. Esta doença contemporânea, fruto da masculinidade hegemônica que compactua (majoritariamente) heterossexuais contra nossos direitos fundamentais, está presente não apenas nas ruas, mas também em museus, nos programas curriculares dos cursos de Museologia e na produção de teses, dissertações, monografias e artigos científicos da área.

O pacto LGBTfóbico é estrutural e anda lado a lado com outras formas de discriminação, como o machismo, a misoginia, o racismo, o capacitismo e o classismo. Neste sentido, a produção de conhecimento da Museologia LGBTQIA+ se une a uma produção científica anti-hegemônica.

Ao gerar subsídios para a formação de profissionais de museus capazes de enfrentar o pacto LGBTfóbico, procuramos antecipar estratégias que evitem muita dor às vítimas e problemas às instituições que não se preparam para viver o presente pautado em Justiça Social e Democracia.

O objetivo de textos como este é que haja a geração de um suporte teórico e metodológico próprio para o desenvolvimento de museus e museologias LGBTQIA+ até então ignorados, silenciados ou sub-representados pelas instituições de memória. Entendemos que tais escamoteamentos impactaram significativamente a produção de estudos e a visibilidade das histórias LGBTQIA+ nas narrativas oficiais, nos excluindo da história de nossos próprios países. Contraditoriamente, foi por meio da tragédia provocada pelo HIV/Aids que nossas comunidades se organizaram, advindo, daí, o surgimento dos primeiros museus que nos contemplavam.

Aqui, portanto, nos ocupamos das bases que impactaram a formulação da categoria de Museologia LGBTQIA+. Sem essas bases, fica parecendo que a Museologia LGBTQIA+ caiu do céu (ou emergiu do vale), como se fosse um curto-circuito na história da Museologia ou, ainda, como se não tivesse história. E mais do que isto: sem ter em mente tais origens muitas vezes corre-se o risco de se pensar estar propondo algo inovador, quando não se está simplesmente a se ignorar ou apagar esforços do passado. As pessoas que pesquisam Museologia LGBTQIA+ precisam deste tipo de qualificação: conhecer a história de nosso pensamento é também nos conhecer.

Basicamente, o esquema que utilizamos nas aulas é o seguinte (Figura 1):

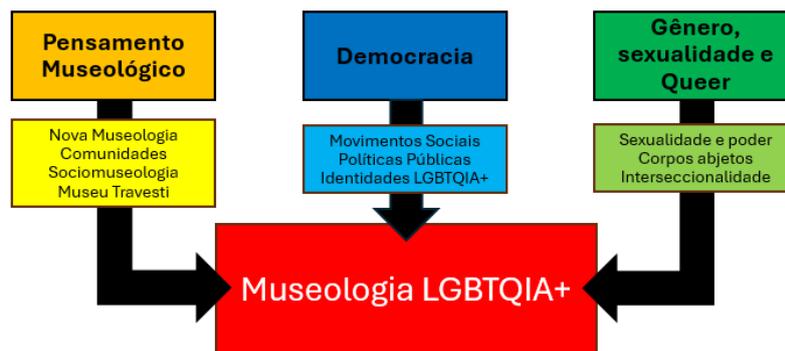


Figura 1: Bases históricas e epistemológicas da Museologia LGBTQIA+
Fonte: acervo pessoal

Como se vê, os três pilares fundamentais para o desenvolvimento da Museologia LGBTQIA+ são construídos a partir do pensamento museológico, da Democracia e dos estudos de gênero e sexualidade — três campos unidos pelo desejo de memória de uma comunidade que teima em existir. Este artigo está dividido justamente por essas quatro seções, reservando-se para as considerações finais algumas questões surgidas ao longo da reflexão.

Pensamento Museológico

A retificação da chamada Nova Museologia a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) foi, sem dúvida, o evento historicamente recuado de maior impacto para o surgimento da Museologia LGBTQIA+. Não que tal evento tenha tido qualquer preocupação com questões específicas de gênero e sexualidade — muito embora já existisse um movimento homossexual e outro feminista —, uma vez que estavam, conforme orientações do pensamento progressista de então, a discutir a dicotomia “cidade” e os “problemas do meio rural” (Declaração de Santiago, 1972).

Precedida por Seminários regionais semelhantes, como ocorreu em 1958 no Rio de Janeiro, em 1964 em Jos e em 1966 em Nova Déli (Rocha, 2020), ao pensar a relação das “massas populares” ou “comunidades”, conforme termos de seu documento final, a Mesa Redonda de Santiago do Chile abria as portas para se pensar a relação entre minorias políticas e sociedade.

Segundo Hugues de Varine (2010), o impacto causado pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile “foi considerável, mas tardio: até o início da década de 1980, ninguém falava de Santiago” (Varine, 2010, p. 41). Foi o conceito de “museu integral” — o museu como ação, como instrumento de mudança social, como ferramenta de desenvolvimento social — que se consolidou como a principal contribuição da Mesa-Redonda para a Museologia, visto que a perspectiva social provocou gradativas, porém importantes, mudanças na mentalidade dos profissionais que atuavam em museus (Rocha, 2020).

Além da Mesa-Redonda, o campo da Museologia contou com mais dois outros importantes documentos posteriores: a Declaração de Quebec (1984) que sistematizou os princípios da Nova Museologia, e a Declaração de Caracas (1992), responsável por uma avaliação crítica do percurso percorrido pelos museus de 1972 até 1992.

Destacamos que quando a Declaração de Quebec estabeleceu os princípios de base de uma Nova Museologia, “o fez pautado nas experiências dos Ecomuseus, dos museus comunitários, dos museus de vizinhança, dos museus locais e das demais formas de museologia ativa em diferentes países” (Rocha, 2020, p. 57). Essas tipologias de museus, menos focadas nos objetos, ganha destaque após Santiago e, segundo Mario Moutinho (2010) se consolidará como “um novo *Movimento* museológico, enraizado na multiplicidade de práticas” (Moutinho, 2010, p. 56, grifo do autor), ou seja, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia/Minom.

Para o referido autor, tanto a Declaração de Quebec, como o Minom “devem ser entendidos como um todo coerente, que contribui desde então para o reconhecimento, no seio da Museologia [instituída], do direito à diferença” (Moutinho, 2010, p. 57).

Todo esse conjunto de mudanças estruturais no campo museológico vai fazer brotar no Brasil, mais especificamente no nordeste brasileiro, outras teorias museológicas debruçadas em novas práticas que transformam o museu num espaço mais inclusivo.

Os Fóruns Nordestinos de Museologia, ocorridos entre os anos de 1988 e 1996, aconteceram em oito capitais do Nordeste e objetivaram discutir a construção de uma política museológica que atendesse às necessidades específicas das comunidades nordestinas.⁴

Segundo Rocha (2020), os Fóruns podem ser divididos em duas fases. Na primeira, os agentes estavam voltados especificamente para as necessidades gerais do funcionamento dos museus e, na segunda, já “fortemente influenciados pelos embates acerca da cientificidade da Museologia e pela corrente de pensamento da Nova Museologia”, os Fóruns “avançaram na crítica” ao promoverem um conjunto de debates sociais com base científica própria da Museologia (Rocha, 2020, p. 119).

A partir de uma nova proposta metodológica interdisciplinar e humanitária, temas sensíveis à sociedade passaram a ser enfrentados pelos museus nordestinos e esse **outro movimento**, para parafrasear Mario Moutinho, gestou uma perspectiva própria da relação entre os museus, a(s) Museologia(s) e as comunidades.

Estudando os Fóruns compreendemos diversos registros de resistência, práticas de enfrentamento social e iniciativas diversas de militância, especialmente às da própria área da Museologia. Ao debaterem acerca da função social da Museologia, o nordeste optou em dessacralizar o objeto museológico e, por conseguinte, dessacralizar o espaço físico do museu.

Trabalhando com a comunidade e para a comunidade, a proposta do nordeste compreendia que os agentes rompiam com a forma única de fazer museu porque o museu único é, conseqüentemente, uma instituição tradicional.

Os Fóruns, portanto, abriram frentes que falavam de grupos minoritários ou vulneráveis que até então não tinham sido contemplados no debate brasileiro. Reinventar o museu, conseqüentemente, provocou o debate sobre a Museologia que queriam construir.

A Museologia que olhava para as minorias criou uma fenda no pensamento museológico brasileiro que viria a ser aproveitada por distintos profissionais e instituições, abrindo caminho

⁴ “Totalizando oito encontros que ocorreram respectivamente nas cidades de João Pessoa – Estado da Paraíba/PB (1988); São Luís – Estado do Maranhão/MA (1989); Natal – Estado do Rio Grande do Norte/RN (1990); Recife – Estado do Pernambuco/PE (1991); Salvador – Estado da Bahia/BA (1992); Maceió – Estado de Alagoas/AL (1993); Fortaleza – Estado do Ceará/CE (1994); e Aracaju – Estado de Sergipe/SE (1996). Um nono encontro foi articulado, o mesmo aconteceria no Estado do Piauí/PI, mas não chegou a ser realizado. Os temas abordados foram variados e englobavam as práticas museográficas, a formação e atuação política profissional e o pensamento teórico museológico.” (Rocha, 2020, p. 118).

para críticas contemporâneas contra o racismo e a misoginia, por exemplo. Ainda a critério de exemplificação, a exposição sobre o HIV/Aids, montada pelo diretor do Museu Abelardo Rodrigues, na Bahia, na década de 1980, destaca-se como possivelmente a primeira do país em que questões da população LGBTQIA+ foram tratadas (Rocha, 2020). Essa Museologia, desosssegada com o humano, tinha, portanto, um forte caráter social.

Na primeira década do século XX, a noção de Museologia Comunitária se assentava pelo país. Foi quando tivemos acesso a um artigo de Giane Vargas Escobar (2006) e a uma vivência no Museu Treze de Maio, em Santa Maria, em 2009, bem como desfrutamos de uma série de encontros, visitas e ações em conjunto com diversos Pontos de Memória. Por meio disto, percebíamos que a Museologia Comunitária propunha a soma dos saberes das comunidades com os acadêmicos, propiciando, assim, o surgimento de novos modos de se pensar museus e a aplicabilidade da Museologia em um país marcadamente desigual como o Brasil.

Como se percebe, a Museologia LGBTQIA+ se localiza nas redondezas da Museologia Social no Brasil e da Sociomuseologia em Portugal. Mas assim está de modo periférico. Um exemplo entre tantos: ainda hoje, os Inventários Participativos, uma das principais metodologias de museus de caráter comunitário, não incluem a temática LGBTQIA+ ou aborda a LGBTfobia estrutural das comunidades, mesmo em regiões onde há registros documentados de violências extremas. Pelo contrário, quando dialogamos com certas comunidades, especialmente aquelas reconhecidas como tradicionais, muitas vezes ouvimos a alegação de que a questão LGBTQIA+ “é coisa de branco” ou que “não faz parte” daquela realidade local. Essa negação explícita uma tensão importante no campo de uma Museologia em comunidades: como demonstrar que as pessoas LGBTQIA+ são corpos interseccionais e compõem uma comunidade global, presente nas mais diversas culturas, territórios e contextos? Essa invisibilização reforça a necessidade de repensar os próprios instrumentos metodológicos da Museologia, de modo que técnicas como Inventários passem a reconhecer, de forma interseccional, as múltiplas formas de existência e resistência LGBTQIA+ como parte constitutiva das comunidades em toda a sua complexidade.

Nota sobre o pensamento museológico de Campuzano

Aqui uma nota extra sobre as bases do pensamento museológico que influenciou o surgimento da Museologia LGBTQIA+ no Brasil: correndo por fora, sem diálogo com setores museológicos consolidados, a travesti indígena peruana Giuseppe Campuzano fundou em 2003, o Museu Travesti, no Peru — a primeira instituição museológica da América Latina a tratar de nossas comunidades. Tratou-se sem dúvida de uma guinada no pensamento museológico latino-americano e global que ainda precisa ser melhor estudado para se compreender sua vanguarda.

Na coletânea de Campuzano (2013), o corpo travesti é promovido como acervo ancestral e vivo de um museu itinerante (onde quer que esteja uma travesti). Ao assumir um protagonismo que tanto é de seu corpo-epistemológico quanto de suas consortes ancestrais e contemporâneas, vale-se do museu para denunciar a violência do estado católico conservador ao mesmo tempo em que apresenta corpos antropofágicos de deusas incaicas sincretizadas com deusas indígenas.

É deste ponto que se pode entender que o museu é um espaço travesti, onde se transicionam objetos, patrimônios e memórias.

Apesar do reconhecimento global que alcança, o pensamento de Campuzano não integra os anais da Museologia brasileira. Certamente a transfobia epistemológica pesa no seu ostracismo, como bem se vê em bibliografias que sequer incluem autorias LGBTQIA+. Além disso,

é surpreendente como que muitas vezes jovens pesquisadores pensam em produzir Museologia LGBTQIA+, por vezes até mesmo com ênfase na questão trans, mas deixam de lado a obra de Campuzano.

Temos dúvidas se Campuzano não fosse trans, indígena e peruana, ou seja, se fosse cis, branca e europeia, ocuparia este lugar de não-reconhecimento por parte da Museologia.

Democracia

O Movimento Social negro, feminista e sobretudo LGBTQIA+, bem como suas táticas e pressões para o desenvolvimento de Políticas Públicas, referem-se a um pilar vital à Museologia LGBTQIA+: a Democracia.

No mundo todo, o movimento LGBTQIA+ tem promovido ações de memória pautado no princípio de que os horrores da discriminação não podem ser esquecidos. A partir de uma cartografia global, Boita (2020) demonstrou que apenas países que vivenciavam sistemas democráticos desenvolveram museus destinados à nossa comunidade. Com maior ou menor duração, estas experiências amargavam com recuos mediante qualquer instabilidade política, bem como se solidificavam quando a Democracia se mantinha forte mediante reivindicações do Movimento Social por novas leis de proteção e Políticas Públicas interessadas na correção de desigualdades geradas pela LGBTfobia. Ou seja, na medida em que os sistemas políticos dos países se fortalecem mediante a ascensão do Movimento Social e das Políticas Públicas, os museus também se consolidam — o contrário, portanto, também é verdadeiro: onde quer que a Democracia morra ou entre em crise, lá estão nossos museus sendo fechados.

Aqui no Brasil não foi diferente: o Grupo Gay da Bahia (GGB), por exemplo, fundou o Museu da Sexualidade em Salvador na década de noventa, constituindo-se na primeira instituição do gênero no Brasil.

De fato, a gênese do Movimento Social LGBTQIA+ brasileiro contemporâneo pode ser situada nas ações emergenciais de prevenção e cuidado voltadas às vítimas da epidemia de HIV/Aids, especialmente no âmbito do Ministério da Saúde. Inicialmente, essas políticas se concentravam em populações específicas, como HSH (homens que fazem sexo com homens) e travestis, reconhecendo a vulnerabilidade desses grupos diante do estigma e da negligência institucional. Com o tempo, ainda que de forma tardia e muitas vezes fragmentada, outras Políticas Públicas começaram a ser implementadas nas áreas da cultura e da educação. Essas ações buscaram reconhecer as especificidades da população LGBTQIA+ como sujeitos de direito e de memória. É nesse contexto que a Museologia LGBTQIA+ começa a se constituir como um campo de ação e reflexão, articulando demandas sociais, políticas de reparação e práticas museológicas voltadas à visibilidade, ao reconhecimento e à dignidade dessas existências historicamente marginalizadas (Boita, Baptista & Wichers, 2020a e b).

O impacto das Políticas Públicas na Museologia LGBTQIA+ pode ser notado até mesmo em sua nomeação. Observe que a sigla utilizada por seus teóricos é aquela aplicada pelos documentos federais provindos de órgãos responsáveis pela geração de ações interessadas na superação das desigualdades sofridas pelas pessoas sexualmente dissidentes da norma cis e heterossexual. Nos primeiros anos de sua proposição, após longos processos e debates envolvendo Governo e Sociedade Civil, convencionou-se nomear tal população como LGBT. O primeiro documento oficial a utilizar a sigla LGBT foi o relatório resultante da I Conferência Nacional GLBT, realizada em 2007. Na ocasião, a própria comunidade deliberou pela adoção da nova sigla substituindo “GLBT” por “LGBT” como forma de afirmar uma nova ordem política e simbólica. Foi apenas em 2023 que o Governo Federal passou a adotar oficialmente a sigla

LGBTQIA+, por meio do Decreto nº 11.848/2023, que convocou a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Vale lembrar que a nova definição emitida em 2023, não foi resultado de uma conferência, ou seja, espera-se uma alteração da sigla ou retificação da sigla atual durante o IV Encontro Nacional.

Esta organicidade da sigla aponta em dois caminhos:

O primeiro, onde se percebe que o nome da Museologia que discutimos é flexível conforme o Movimento Social demanda às Políticas Públicas. Não se trata, portanto, de uma nomenclatura variável, mas, sim, atualizável mediante os avanços da Democracia brasileira. Na medida em que as Políticas Públicas alteram o modo como se referem a nós dissidentes, atualizamos o nome da Museologia que propomos.

Em segundo, a organicidade da Museologia LGBTQIA+ também indica que não se está a excluir outras dissidências que surgem na sociedade representadas por novas letras ou símbolos que com frequência alteram a sigla em âmbito dos Movimentos Sociais, redes sociais ou outras formas de expressão coletivas. Somos, de fato, entusiastas destas novidades e acreditamos que quanto mais nomeações houver, mais livre será nossa sociedade sexualmente. Contudo, uma vez que nosso debate se restringe ao escopo das Políticas Públicas, entende-se o uso da sigla oficial como uma estratégia de inserção ao debate nacional, sendo esse, justamente, o que desejamos afetar.

Estamos, portanto, discutindo o direito à memória, cultura, educação, moradia, alimentação, enfim, a justiça social a partir dos debates das Políticas Públicas do Brasil — a Museologia LGBTQIA+ se ocupa, antes de tudo, da vida.

Além disso, o surgimento do debate de Museologia LGBTQIA+ se deu associado ao desenvolvimento de ações afirmativas. Como grandes eventos, ações e estudos têm demonstrado, a população LGBTQIA+, sobretudo aquela interseccionada por gênero, classe, cor e raça/etnia, precisa de uma série de políticas de ações afirmativas para o seu desenvolvimento social. Tal preocupação torna a Museologia LGBTQIA+ desde sua fundação interseccional, tal qual indicam diversos estudos às questões de lésbicas negras (Escobar, 2021), queerindígenas (Baptista, 2021; Baptista & Boita 2024) e trans *pretes* (2024), por exemplo.

Em outras palavras, quando se relaciona ações afirmativas e Museologia LGBTQIA+, os museus e o pensamento museológico podem servir também para a inserção dessas populações sexualmente dissidentes de um modo afirmativo dentro da nossa sociedade (ver Baptista & Boita, 2014).

Por fim, um fenômeno interessante: todos nós que hoje trabalhamos com Museologia LGBTQIA+ vivenciamos primeiramente o Movimento Social ou tão logo começamos a estudar esse assunto, passamos a integrar o mesmo, uma vez que o conhecimento que produzimos serve para influenciar a geração de Políticas Públicas museológicas.

Dois exemplos que ilustram a combinação babadeira, cheia de ganhos e perdas para nossa pauta, entre pesquisa científica e Movimento Social: 1) desde sua fundação, uma das metas da Rede era convencer e pressionar o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) a dedicar uma edição da Primavera dos Museus à temática LGBTQIA+, o que se alcançou em 2023 — o que, em tese, representaria um marco a ser celebrado, não fosse o fato de que apenas 16% das mais de 2.500 ações inscritas abordaram efetivamente o tema; 2) após longas pesquisas sobre o ensino de Museologia e diversidade sexual realizadas pela Rede (Baptista et. al, 2021; Braga, 2022), percebeu-se que a combinação entre Movimento e pesquisa científica poderia resultar na disciplina de graduação *Museologia LGBTQIA+*, tal qual passou a ocorrer de modo optativo

nas graduações em Museologia (UFG, UFMG, UFSC, UFRGS) e de modo obrigatório, pela primeira vez no Brasil desde 2025, na UFPA.

Estudos de gênero, sexualidade e queer

Não se poderia pensar as bases da Museologia LGBTQIA+ sem considerar as implicações próprias dos estudos de gênero e sexualidade, inicialmente, e estudos Queer, posteriormente.

Os estudos de Michel Foucault abriram um caminho importante para diversos campos do saber, em especial a partir da noção de que micropoderes colaboraram na construção de uma sociedade pautada na vigilância e punição, como bem se vê desde prisões a escolas, em especial quando interessados em higienizar a sexualidade coletiva (Foucault, 1984, p. 242-276; 2011, p. 17; 2022, p. 80-91).

A Museologia LGBTQIA+ se apropria desta percepção, entendendo o museu como um desses espaços modernos criados para vigiar e punir, mas não apenas corpos humanos, mas também a objetos e memórias. Vigeadas e punidas pelo museu e suas equipes (desde seu diretor aos seus funcionários de limpeza), os objetos e as memórias estão inseridos no interior de uma preocupação higienista. É por isso que personalidade históricas musealizadas quando são heterossexuais ganham exposições interessadas em sua vida amorosa, ao mesmo tempo em que se esconde o passado sexual e afetivo de qualquer sujeito dissidente.

Dito de outro modo, ao mesmo tempo que as equipes propõem o que pode ser exposto, não perdem tempo em punir o que consideram moralmente inapropriado para o espaço por meio de caixotes silenciosos nas reservas técnicas ou até mesmo em políticas de descarte.

Como se percebe, o pensamento foucaultiano na Museologia demonstra que as instituições se interessam pelos aspectos sexuais dos objetos e memórias, ainda que insistam em dizer que não se ocupam disto, para justamente os disciplinar em uma perspectiva sexualmente hegemônica.

Posteriormente, os estudos Queer propuseram avanços significativos ao debate. Resumidamente, o entendimento de que as categorias de gênero e sexo não são fenômenos naturais, biológicos, hormonais ou determinante de identidades fixas, mas, sim, “ficções” sobre esses, conforme de Paul Preciado (2018, p. 166), fazem com que entendamos que boa parte das vezes estamos naturalizando fenômenos que foram criados pela sociedade ocidental e se espalharam pelo restante do mundo por meio da colonização.

Dois exemplos ilustrativos onde questões Queer podem ser vistas na Museologia LGBTQIA+: 1) os museus costumam tratar homens e mulheres como categorias dadas naturalmente em virtude de aspectos biológicos, desconsiderando, assim, que tais generificações são criações sociais e não fenômenos naturais — por isso que em um museu casa é comum vermos atribuições ao masculino em espaços de poder, como escritório e sala de reuniões, ao passo que a cozinha é considerada um local próprio da mulher; 2) quando se diz que o arco é um instrumento indígena masculino e o cesto seria feminino, o museu está aplicando uma categoria ficcional ocidental a outros povos, em uma clara continuidade da colonização (Baptista & Boita, 2024).

Está-se, assim, diante da norma que se expressa no exercício de performances repetidas que imprimem os papéis de gênero e de sexualidade em uma “matriz sexual”, então a heterossexualizar compulsoriamente a todos nós, conforme indicado por Judith Butler (2003, p.

38). Ao sermos generificados desde mesmo antes de nascer, e o sendo o restante da vida a todo tempo, impõe-se aos nossos corpos um conjunto de normas que devemos performar não como um ator que encena um papel, mas como um sujeito tomado por tal norma cis e heterossexual a ponto de entendê-la como um destino natural, dado pela natureza ou por algum deus.

Os demais corpos que escapam da matriz adentram no universo dos “corpos abjetos”, ou seja, aqueles que menos importam, passíveis de punição e de esquecimento (Butler, 1993, p. 9-10).

A partir deste ponto, passa-se a entender que coisas de museus e memórias são, assim como nós sujeitos, heterossexualizados compulsoriamente. De fato, a genereficação dos objetos e memórias em museus acabou por se revelar um importante tema de estudo de nossas pesquisas (Boita & Baptista, 2025). Ainda, um estudo recente do grupo MuseQueer demonstrou que as 30 unidades museológicas do Instituto Brasileiro de Museus possuem majoritariamente uma ordenação másculo centrada, ou seja, ignoram qualquer outra possibilidade de gênero e sexualidade que não a cis heterossexual na memória nacional (Baptista et.al, 2023).

Mas há de se ter cuidado com a influência Queer: a origem deste pensamento agrada em muito gays brancos racistas e classistas, sujeitos que antes de tudo são homens brancos. Tal fenômeno se deve pelo fato da teoria Queer ignorar o racismo e o classismo estrutural. Neste sentido, abordagens como a Queer of Color Critique (Ferguson, 2018 e 2003) que de modo sólido e com metodologias interseccionais propõe uma análise sobre sexualidades dissidentes sem perder de vista que a cor de cada sujeito é determinante para classificar o sofrimento que a LGBTfobia produz em suas vítimas.

Considerações finais

Até aqui demonstramos os três pilares que foram fundamentais para a formulação da Museologia LGBTQIA+ hoje existente no Brasil.

Destas considerações, pode-se depreender que a proposição deste modo de pensar museologia e fazer museus se fundamenta em importantes documentos e eventos do campo museológico, como a Mesa Redonda de Santiago do Chilo e dos Fóruns Nordestinos de Museus, bem como do desenvolvimento da Democracia, reivindicações do Movimento Social, elaborações próprias das Políticas Públicas brasileiras e dos estudos sobre gênero e sexualidade, como a Teoria Queer.

A partir disso, pode-se perceber que a Museologia LGBTQIA+ integra uma linhagem de pensamento museológico onde as comunidades são consideradas partícipes do projeto, proposição acentuada a partir de movimentos identitários que buscam falar por si mesmos. Contudo, não se trata de uma linha restrita ao universo da museologia, pelo contrário: é do Movimento Social, em particular aquele interessado em impactar as Políticas Públicas em vista da superação da LGBTfobia, de onde provém boa parte do fôlego de suas pesquisas e realizações — a Museologia LGBTQIA+ depende, sobretudo, da vitalidade da Democracia, sem a qual é sufocada. Ainda a demonstrar sua interdisciplinaridade, a proposta se relaciona diretamente com os estudos de gênero, sexualidade e Queer, bem como com a história, arqueologia e ciências sociais, em um esforço interdisciplinar bastante singular quando em comparação com outras proposições museológicas adjetivadas.

Neste panorama, percebe-se que a Museologia LGBTQIA+ não apenas existe e resiste, como também se propõe a injetar no campo museológico as demandas históricas de nossa comunidade capaz de construir uma epistemologia própria.

Referências bibliográficas:

- Baptista, J. (2021). Entre o arco e o cesto: notas Queer sobre indígenas heterocentros nos museus e na Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 61(17).
- Baptista, J. (2022). Ensino, Pesquisa e Extensão em Museus e Museologia LGBTQ+: recomendações Queer à formação museológica. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 11(21).
- Baptista, J. et. al (2023). Sexualidade, gênero, raça e classe no Instituto Brasileiro de Museus. *Anais do Museu Histórico Nacional*, 57.
- Baptista, J., & Boita, T. (2014). Protagonismo LGBTQ e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero. *Cadernos do CEOM*, 27(41).
- Baptista, J., & Boita, T. (2015). Museologia Comunitária LGBTQ. *Revista Memórias LGBTQ*, 12.
- Baptista, J., Boita, T. (2024) Indigenous bodies, gender, and sexuality in the Jesuit Missions of South America (17th–18th centuries). *Humanit Soc Sci Commun*, 11.
- Baptista, J., Boita, T. & Wichers, C. (2020a) O que é Museologia LGBTQ?. *Revista Memórias LGBTQ*, 12.
- Boita, T. (2020). Museologia LGBTQ: cartografia das memórias LGBTQI+ em acervos, arquivos, patrimônios, monumentos e museus transgressores. *Metanoia*.
- Boita, T. & Baptista, J. (2025). Histórias LGBTQIA+. Museu de Arte de São Paulo.
- Boita, T. W. (2022). Comunicação comunitária e sociomuseologia: mídias colaborativas produzidas para a preservação e difusão das culturas e memórias das comunidades LGBTQ. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia/Goiás.
- Boita, T.; Baptista, J.; Wichers, C. (2020b). LGBTQ Memory Project: A 'Queer of Colour Critique' Approach in Latin America and Caribbean Museums. *Museum International*, 72.
- Boita, T.; WICHERS, C. M. (2017). QUANDO A MEMÓRIA LGBTQ SAI DA RESERVA TÉCNICA:: mapeamento preliminar dos museus, patrimônios e iniciativas comunitárias em memória e museologia social. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA, 3., 2017, Belém. Anais [...]. Belém: UFGA, p. 1-25
- Braga, J. (2021). Formação para a diversidade de gênero e ações de visibilidade da população LGBTQ em museus de Belo Horizonte. *Cadernos De Sociomuseologia*, 61(17).
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. Routledge.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Campuzano, G. (2013). *Saturday Night Thriller y otros escritos (1998-2013)*. Estruendomundo.
- Declaração Santiago, Mesa-Redonda de Santiago do Chile – ICOM, 1972 — Cátedra UNESCO | Universidade Lusófona.
- Escobar, G. (2021). Por uma Museologia Lésbica Negra. *Cadernos De Sociomuseologia*, 61(17).
- Escobar, G., Lameira, L. & Limberger, L. (2006) Museu Treze de Maio. *Musas: revista brasileira de museus e museologia*, n. 2.
- Ferguson, R. (2003). *Aberrations in Black. Towards a Queer of Color Critique*. University of Minnesota Press.

- Ferguson, R. (2018). *Queer of Critical Color*. In Oxford Research Encyclopedia. Oxford University Press.
- Foucault M. (1984) *Microfísica do poder*. Graal.
- Foucault M. (2011) *A ordem do discurso*. Edições Loyola.
- Foucault M. (2022) *História da Sexualidade*. Paz e Terra.
- Messias, L. A. (2024). *Mapeando corpos trans na memória oficial de Sergipe: uma proposta de Museologia Transicional*. Monografia (Graduação em Museologia) – Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras/ Brasil.
- Moutinho, M. C. (2010). *A Declaração de Quebec (1984)*. In M. C. O. Bruno (Coord.), *O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados* (vol. 2). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Preciado P. (2018). *Testo Junkie*. N1-Edições.
- Rocha, A. K. C. de O (2020). *Construção e disputas do campo Museologia no Brasil: os Fóruns Nordestinos (1988-1996)*. Tese (Doutorado em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa/ Portugal.
- Varine, H. (2010). *A Respeito da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972)*. In M. C. O. Bruno, (Coord.), *O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados* (vol. 2). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.